



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Ministro da Controladoria-Geral da União, Senhor Vinicius Carvalho, informações a respeito da pior do Brasil em ranking de corrupção da Transparência Internacional e sua pior nota da série histórica

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que seja encaminhado ao Ministro da Controladoria-Geral da União, Senhor Vinicius Carvalho, informações a respeito da pior do Brasil em ranking de corrupção da Transparência Internacional e sua pior nota da série histórica.

- 1) Como o governo justifica o crescente uso de sigilo sobre documentos públicos, incluindo informações de interesse da sociedade?
- 2) Por que há resistência em tornar públicas despesas e contratos governamentais, dificultando a fiscalização de possíveis irregularidades?
- 3) O governo não considera que restringir o acesso a informações compromete a credibilidade do discurso anticorrupção?
- 4) O governo reconhece que o desmonte de operações anticorrupção contribui para o aumento da impunidade?
- 5) Como o governo pretende recuperar a confiança dos investidores e da população diante do aumento da percepção da corrupção?
- 6) Há alguma iniciativa para reduzir o uso de sigilo em documentos públicos e garantir maior transparência nos gastos do governo?

Justificativa

O Brasil atingiu, em 2024, sua pior posição histórica no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Transparência Internacional, ocupando o





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto – PL/
AM

Apresentação: 25/02/2025 12:28:36.370 - Mesa

RIC n.528/2025

107º lugar entre 180 países, com uma pontuação de 34 em uma escala de 0 a 100. Este desempenho representa um declínio significativo em relação a 2014, quando o país alcançou a 69ª posição com 43 pontos.¹

A piora do Brasil no ranking de corrupção da Transparência Internacional, atingindo a pior nota da série histórica, é um indicativo preocupante do enfraquecimento dos mecanismos de controle, transparência e combate à corrupção no país. Esse declínio não é apenas um reflexo de escândalos específicos, mas de uma deterioração sistêmica que compromete instituições democráticas e a confiança da população no governo.

Diversos fatores contribuíram para essa deterioração na percepção da corrupção no Brasil. O relatório da Transparência Internacional destaca o silêncio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a pauta anticorrupção e a manutenção de ministros sob investigação por corrupção.

A dificuldade crescente no acesso a informações públicas também contribui para esse cenário. Medidas como o sigilo de documentos governamentais, a falta de transparência em gastos públicos e contratos, e a blindagem de certas autoridades enfraquecem a capacidade da sociedade civil e da imprensa de monitorar irregularidades.

O uso estratégico do sistema judiciário para proteger aliados e perseguir adversários mina a credibilidade das instituições. O aumento da politização do Judiciário e do Ministério Público compromete a imparcialidade na aplicação da lei, resultando em processos arquivados, punições brandas ou decisões controversas que beneficiam corruptos.

A corrupção endêmica afasta investimentos, compromete o crescimento econômico e agrava desigualdades sociais. Recursos que deveriam ser destinados a áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, são

¹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/11/brasil-cai-em-ranking-de-corrupcao-da-transparencia-internacional-e-chega-a-pior-nota-da-serie-historica.ghtml>





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto – PL/
AM

Apresentação: 25/02/2025 12:28:36.370 - Mesa

RIC n.528/2025

desviados para esquemas ilícitos, prejudicando diretamente a população mais vulnerável.

Para reverter esse cenário, é imperativo que o Brasil adote medidas concretas e eficazes no combate à corrupção, incluindo o fortalecimento de mecanismos de transparência, a garantia de independência das instituições de controle e a promoção de uma cultura de integridade no setor público.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 25 de fevereiro de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM

